

PRESERVAÇÃO DE PERMANÊNCIAS DE UM MODELO LUSITANO **Casas de Câmara e Cadeia e Fóruns preservados em São Paulo**

PRESERVATION OF A PORTUGUESE MODEL **Preserved Chamber and Prison Houses and Forums in São Paulo**

Silvia Ferreira Santos Wolff

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade Presbiteriana Mackenzie

silvia.upph@gmail.com

RESUMO

Descreve-se o processo de realização de pesquisa aplicada desenvolvida pelo conselho de preservação do patrimônio cultural paulista. O objetivo dessa pesquisa adveio da necessidade de identificar e conhecer prédios pertencentes a diferentes contextos urbanos e cronológicos e avaliar a pertinência de sua preservação legal. As edificações tinham como vínculo inicial comum apenas o fato de serem todas ligadas ao aparato governamental de segurança e administração pública. Já o intuito deste presente relato é o de divulgar os resultados obtidos por meio de métodos com ênfase na comparação dos objetos. Foi identificada uma matriz comum de origem lusitana na concepção espacial, organização e localização dos edifícios nos centros urbanos de diferentes locais. A hipótese é a de que esta mesma matriz replique não apenas modelo originário de Portugal, mas que tenha se repetido em outras colônias lusas.

Palavras-chave: casas de câmara e cadeia, fóruns e cadeias, patrimônio cultural luso-brasileiro, São Paulo. Século XIX e XX.

Linha de Investigação: 2: Cidade e Ambiente **Tópico:** Patrimônio e paisagem cultural

ABSTRACT

This paper presents the process of an applied research developed by the São Paulo Cultural Heritage Council. The objective of this research was the need to identify and know the architecture of a set of buildings belonging to different urban and chronological contexts and to evaluate the relevance of their legal preservation. The buildings had as common initial link only the fact that they were all related to the government security and public administration apparatus. The purpose of this report is to publicize the results obtained through methods with an emphasis on comparing objects. A common matrix of Lusitanian origin was identified in the spatial design, organization and location of buildings in urban centers in different locations. The hypothesis is that this same matrix replicates not only a model originally from Portugal, but that it has been repeated in other Portuguese colonies.



SÃO PAULO 15 ~ 17 · LISBOA 25 ~ 26 JUN 2020

Seminário Internacional de
Investigação em Urbanismo

Seminario Internacional de
Investigación en Urbanismo

<http://dx.doi.org/10.5821/siu.10007>

Keywords: town hall, forums and prison buildings, Portuguese-Brazilian cultural heritage, São Paulo, 19th e 20th centuries

Thematic clusters: 2. City and Environment **Topic:** Heritage and cultural landscape

Introdução

Trata-se de relato de experiência desenvolvida no órgão de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado de São Paulo, Condephaat, para identificação e salvaguarda de exemplares de edificações públicas cujas funções originais são ligadas à administração e segurança. Espaços que foram concebidos tendo como modelo arquitetônico o das Casas de Câmara e Cadeia lusitanas, utilizado na instalação de núcleos coloniais.

Tal relato neste Seminário tem por objetivo divulgar o trabalho já realizado na expectativa de identificar possíveis parcerias brasileiras e internacionais para criar uma rede de colaboração para inventariar e classificar prédios públicos cujas origens vinculem-se a essas matrizes coloniais portuguesas das Casas de Câmara e Cadeia.

Tais objetivos fundam-se na hipótese de replicação do modelo por países que foram colônias portuguesas, e ainda na de que esta mesma matriz baseou soluções arquitetônicas mesmo após a extinção da administração lusitana. O que se deu nos projetos de Fórums realizados no Estado de São Paulo, no início da República na década de 1890. Procedimento que se perpetuou ao menos até por volta da década de 1930. Panorama que se modificou totalmente em meados do século XX, quando houve substanciais transformações nas estruturas jurídicas e de encarceramento e nas construções públicas feitas para estas funções. A arquitetura produzida neste momento já se apresenta tributária da presença da arquitetura moderna no panorama internacional e brasileiro.

Também é aspecto a ser investigado o modo de inserção urbana dessas edificações, levando em consideração que eram, junto com as igrejas, espaços fundantes dos núcleos coloniais brasileiros.

Tal hipótese, a ser confirmada, a de disseminação do modelo colonial das Casas de Câmara e Cadeia pelas colônias portuguesas e em outros estados brasileiros, e a de serem matrizes para atualização dos programas nas primeiras décadas do século XX, baseia-se no estudo já realizado pelo UPPH/Condephaat em São Paulo.¹

O passo inicial será ampliar procedimentos já utilizados para os estudos de preservação pelo conselho paulista, identificando centros de pesquisa e institutos de preservação do patrimônio cultural nos demais estados brasileiros e países lusófonos para criar uma rede de colaboração.

Elaborar mapeamento das colônias portuguesas localizando a origem e a cronologia da produção de seus projetos de prédios de segurança pública, inicialmente até por volta dos anos 1930 - limite temporal que pode ser revisto, a partir de dados de outras realidades regionais. Após essa fase criar um roteiro comum para a pesquisa de identificação, a ser compartilhado pelos parceiros, estabelecendo parâmetros para classificação e análise dos resultados.

As fontes primordiais de pesquisa são estudos oficiais de preservação, trabalhos acadêmicos relacionados com o tema e consulta a arquivos de projetos arquitetônicos e obras de conservação de prédios oficiais, fotografias de solenidades oficiais e civis nos prédios e logradouros públicos de seu entorno.

¹ UPPH, Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico e Condephaat, Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo.

A preservação do patrimônio cultural e o estudo de séries

A análise de bens com potencial para tombamento² em séries de pertencimento à semelhança das museológicas é prática que vem se afirmando apenas na última década no conselho de preservação paulista. Não foi procedimento usual pelo Condephaat, Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo, em seus cinquenta anos de existência.

É fato reconhecido que o Condephaat atuou raras vezes se antecipando a solicitações da comunidade (MARINS, 2008). Diferentemente do que buscou fazer o pioneiro Iphan, Instituto do Patrimônio Artístico Nacional em sua primeira atuação na década de 1940 quando propunha tombamentos, a partir de seleções feitas com base em estudos da arquitetura no Brasil e inventários sistemáticos. As narrativas e explicações sobre a constituição dessa arquitetura foram sendo feitas paralelamente às ações de identificação e valorização do patrimônio edificado disperso pelo território nacional.

No caso de bens imóveis preservados oficialmente no Estado de São Paulo, ainda hoje a maioria dos bens tombados, foi mais comum a análise particularizada de edificações. Eventualmente de conjuntos construídos, sobreviventes do intenso processo de substituição de prédios antigos por novos, que é tão característico do Estado de São Paulo. Em São Paulo, o mais rico estado da federação brasileira, desenvolvimento material, tem sido entendido como sinônimo de progresso, por sua vez associado a demolições abrindo espaço para novas construções.

Em geral é a própria comunidade que solicita o “salvamento” de um ou outro fragmento do passado. O que não é, contudo, suficiente, para que fiquem evidentes para este mesmo público as motivações do destaque e valor legalmente atribuídos aos bens culturais selecionados e tombados. Menos compreendidas ainda são as relações explicativas que têm com a cultura a que pertencem.

Nos anos 2010, porém, a experiência acumulada em alentado trabalho feito pelo Condephaat (Secretaria de Estado da Cultura) e a Secretaria de Estado da Educação sobre a arquitetura escolar pública realizada pelos primeiros governos republicanos para o ensino fundamental em São Paulo (1889-1930) forneceu possibilidades teóricas e práticas de ampliação de recursos metodológicos e aprofundamento do conhecimento para outras séries de edificações.³

A partir da experiência de estudar edificações escolares públicas, prédios de uma única função que variavam em sua forma, no tempo e inserção urbana, foram sendo testados métodos aos poucos replicados no estabelecimento de outras séries. Inicialmente ainda de construções ligadas ao ensino, ou, a funções públicas, e logo ampliadas para espectro mais variado.

Da análise de conjuntos agrupados por algum critério de aproximação derivaram condições para exames comparativos de momentos da produção da construção civil e da história da arquitetura paulistas e a

² Tombamento, é o nome utilizado no Brasil para designar bens culturais listados e preservados legalmente por iniciativa, regulamentação e fiscalização pelo poder público, independentemente de sua propriedade.

³ O amplo estudo iniciado na década de 1980 resultou mais tarde no tombamento de mais de 130 prédios escolares, classificados em tipos segundo a identificação de tipologias de projeto e a cronologia de realização das soluções arquitetônicas. (P. Condephaat 24929/1986); além de procedimentos para intervenção nesses mesmos prédios empregados com muito sucesso pela F.D.E., Dundação para o Desenvolvimento Escolar.

compreensão de mudanças mais amplas no campo da produção social. Potencialmente ainda, melhor apreciar constâncias, como a forma das inserções das edificações na paisagem urbana.

A partir de 2010, em processo que passou a chamar-se internamente de “estudos temáticos” foram delineadas e investigadas, no Condephaat, séries classificadas por agrupamentos funcionais, como linhas ferroviárias e seus conjuntos edificados, equipamentos de saúde, edificações de segurança pública, e ainda o conjunto de obras autorais – como a produção dos arquitetos Rino Levi e João Batista Vilanova Artigas.

Necessário esclarecer que, ainda que ampliando o âmbito da pesquisa para as séries, estas ainda são compostas a partir de solicitações da comunidade e não por critério advindo de uma seleção a partir de estudo prévio. O acúmulo de demandas a atender ainda conduz o planejamento, ainda que a expectativa seja a de que com o tempo, as equipes técnicas possam antecipar-se, indicando para serem preservados conjuntos de bens culturais entre si relacionados e indicados por estudos propostos internamente.

Outras séries

O estudo sobre edificações ligadas ao aparelhamento e administração da segurança pública no início do período republicano paulista ao final do século XIX derivou da reunião dos expedientes e solicitações para tombamento que haviam se acumulado sobre este tema no Condephaat.

O conhecimento sobre a estrutura pública para a realização de projetos e obras de escolas favoreceu a identificação das semelhanças com os prédios de fóruns e cadeias produzidos no mesmo momento, até pelos mesmos autores.

O estudo temático das edificações ligadas à administração da Segurança Pública então se delineou. No princípio, restrito a fóruns e cadeias implantados em diversos municípios paulistas, à semelhança das escolas públicas, no início dos Governos Republicanos na virada do século XIX para XX.

Esses equipamentos contribuíam simbolicamente para marcar a presença do Estado em cidades em franco processo de crescimento e dinamização, dinâmica favorecida pelo intenso ritmo de implantação de rede ferroviária. A criação de uma imagem de uma nova ordem política que se instaurava dava-se também pela localização dos prédios de fóruns pelo governo estadual em terrenos urbanos centrais.

Sobre a construção de prédios de governo marcando a presença oficial e definindo assentamentos urbanos, é aspecto da origem colonial no Brasil, que já vinha sendo destacado desde os primeiros inventários do Iphan sobre este tema nos anos 1940. As Casas de Câmara e Cadeia demarcavam a presença oficial da administração e eram equipamento fundamental para a instituição dos aglomerados urbanos, junto com as Igrejas desde o período colonial. (BARRETO, 1947; (CORDIDO, 2007)

“A sociedade civil na então Colônia foi regida pelas determinações das cartas de doações nos forais e nas Ordenações do Reino: Afonsinas no século XV, Manuelinas séc. XVI, Filipinas séc. XVIII (sendo as mais novas avaliações e compilações das anteriores), As disposições relativas às formas de punição e aos crimes estão estabelecidas no Livro V destas ordenações. Ali ficava proibido o homicídio, blasfêmia, feitiçaria, benzimento de bichos, moeda falsa, sodomia, incesto, adultério, injúria, furto, falsificação de mercadorias, vadiagem, bailes de escravos, regate de presos, porte de armas, jogos, ocultamento de criminosos, incendiários, mexeriqueiros, caças e pescarias, judeus e mouros, cárcere privado, desertações, e etc.

Estavam previstas a pena de morte, penas corporais (açóites, mutilação das mãos da língua, queimaduras...), confisco de bens e multas. Havia ainda as penas que definiam expor ao ridículo ou à condenação pública o infrator. A distribuição de penas era definida por vezes segundo a condição social deste, um mesmo crime, portanto, era tratado de maneira diferente se executado por um escravo ou por um indivíduo de “maior condição”. Além disso, a Câmara tinha grande autonomia para gerir os assuntos locais, gerenciando as feiras, os pesos e medidas, os conflitos e rixas, o contrabando, cuidando do destino dos órfãos, da distribuição de terras, e era, portanto um órgão que inferia na “moral”, na vida religiosa, e nos “bons costumes” da vila. Na demarcação do termo da vila, entre outras providencias, já ficava reservado e balizado o terreno onde se construiria a Casa de Câmara e Cadeia e, também, o da Igreja”. (SALLA, 1999)

Os Fóruns e Cadeias e as Casas de Câmara e Cadeia

O estudo anterior no Condephaat sobre as primeiras escolas públicas paulistas, por sua vez, havia revelado a estruturação pelos primeiros governos republicanos, ao final do XIX, de uma consistente política de construções oficiais em São Paulo

Deste sistema fez parte uma arquitetura pioneira, caracterizada pela experimentação e por busca de soluções tipo que buscavam ser corretas, racionais e econômicas de modo a atender à ambição de provimento de educação básica pelo novo regime e, também, para contribuir para divulgar uma imagem consistente da nova ordem política. (WOLFF, 2010).

No estudo das escolas foram também identificados os autores que realizaram os planos de arquitetura. Após um início cujo desenho geral e primeiros projetos foram da lavra do arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, responsável pelas primeiras grandes obras do novo governo, como a Escola Normal, o palácio do governo e a grande Cadeia de Campinas. (WOLFF de CARVALHO, 2000).

Ramos de Azevedo, desde os anos 1880 quando começou a atuar, vinculou-se à modernização do campo da arquitetura e construção em São Paulo, em todas as frentes: realização de projetos, edificação, formação de mão-de-obra, produção de materiais construtivos (LEMONS, 1993 e WOLFF de CARVALHO, 2000). Principalmente no início de sua prática absorvia mão-de-obra qualificada de estrangeiros atraídos pelo crescimento e oportunidades que o vertiginoso crescimento da cidade e da província enriquecidas ofereciam. É o caso do arquiteto Victor Dubugras, cuja assinatura se inscreve em uma série de edificações públicas, mas não apenas, na última década do século XIX e que trabalhou para Ramos de Azevedo e para o Governo do Estado antes de firmar-se em produtiva carreira própria (REIS F^o, 1996; WOLFF, 2010).

Paralelamente, o recém instituído governo republicano paulista, investia para agir autonomamente, desenvolvendo organização própria para a realização de projetos e obras de sua infra-estrutura (WOLFF, 2010). A Superintendência de Obras Públicas, depois Departamento de Obras Públicas, atuou por cerca de cem anos até a década de 1990 quando foi extinto, sendo responsável pela concepção e concretização de toda a estrutura pública edificada paulista realizada desde o final do século XIX até as últimas décadas do século XX quando, com suas atribuições redistribuídas, foi sumariamente extinto.

Nas primeiras décadas republicanas a estrutura oficial de produção de obras governamentais paulistas também contratava provisoriamente arquitetos e engenheiros estrangeiros como o próprio Victor Dubugras

ou Giovanni Battista Bianchi e Manuel Sabater. Participaram, ainda, pelas décadas seguintes pouco reconhecidos arquitetos funcionários públicos como José Van Humbeeck e Carlos Rozencrantz que, laboriosamente, desenvolveram os projetos onde se instalaram os mais variados braços da administração pública. (WOLFF, 1993).

O prédio da escola pública, e também o da cadeia, das reuniões administrativas, os postos de controle de mercadorias, as pontes nas estradas eram uma importante face do estado; que organizava seu funcionamento e marcava sua presença, em busca de diferenciação dos poucos investimentos do período imperial em muitas das frentes de atuação.

Os fóruns republicanos

Na década de 2010 já haviam sido tombados previamente pelo Condephaat alguns fóruns e cadeias, construídos no final do século XIX, no início da República, como os de Araras e Avaré, de mesma lavra e fatura que alguns prédios escolares contemporâneos, como os prédios dos Grupos Escolares de Itapira, Botucatu e Piracicaba.

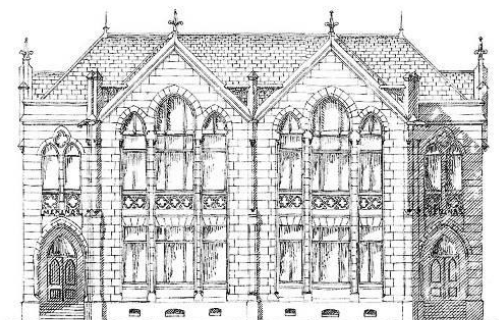
Também estava tombado o Fórum e Cadeia de Sertãozinho, já do século XX, projeto de Manuel Sabater, a serviço do então já consolidado Departamento de Obras Públicas. Neste tombamento, dos anos 1980, já se propunha o estudo sistemático de outros fóruns – o que só foi possível décadas mais tarde, em 2010.

Foi iniciada então a análise preliminar de outros prédios de fóruns e cadeia para os quais havia solicitações de tombamento pendentes. Análises favorecidas pela aproximação evidente de aspectos da arquitetura de exemplares conhecidos como a dos fóruns de Araras e Avaré e com a das primeiras escolas republicanas. Os projetos compartilhavam a mesma origem no início da República, os mesmos autores dos projetos, como Victor Dubugras, Sabater, Humbeeck e outros; o mesmo recurso de racionalizar as soluções em projetos-tipo repetidos em diferentes municípios e a mesma escolha estilística conduzida pelo repertório historicista.

Os projetos de Victor Dubugras do final do sec. XIX compunham-se plasticamente com elementos de cunho medievalista. Mesma linguagem empregada por Giovanni Battista Maroni para compor o Fórum e Cadeia de Ilha Bela mais tarde, por volta de 1910. O uso retórico dos elementos, sugestão de rosáceas ou arcos

ogivais, presentes nos prédios de ensino, eram complementados, no caso dos edifícios que se destinavam à administração e justiça, com torreões, seteiras, ameias, alusões a castelos e espaços fortificados, elementos comuns no panorama da arquitetura internacional de edifícios prisionais no século

PIRACICABA "GRUPO ESCOLAR"



XIX.



Fig. 01 Desenho da elevação do projeto do Grupo Escolar de Piracicaba e imagem do Grupo Escolar de Itapira por Victor Dubugras,, ambos do final do século XIX. Fonte: Wolff, 2010 e: <http://condephaat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/itapira-2-400x400.jpg>;

Fig. 02 Fórum e Cadeia de Mogi das Cruzes de Victor Dubugras, final do XIX / Fonte: (<https://www.odiariodemogi.net.br/wp-content/uploads/2019/08/bf0901.jpg>)



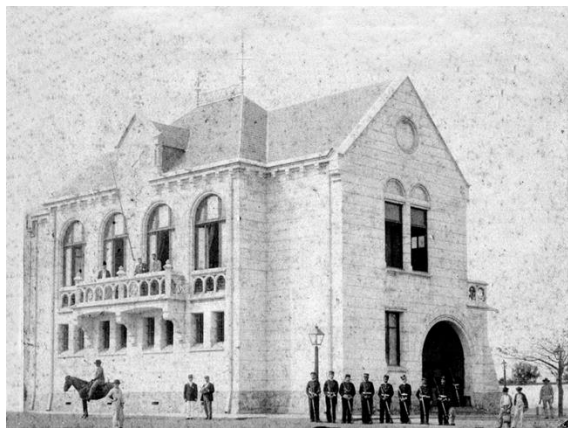


Fig. 03 Fórum e Cadeia de Araras de Victor Dubugras / Fonte: https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn%3AANd9GcRT_DzfcI



Fig. 04. Fórum e Cadeia de Ilha Bela de G.B. Maroni, 1913 Fonte: O arquiteto inseriu um torreão com matacões em um dos ângulos da edificação cujo arcabouço e tratamento plástico é mais tributário de soluções historicistas neo-renascentistas. <http://condephaat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/41784-2001-Principal-400x400.jpg>

O exame detalhado da arquitetura dos fóruns, por um lado, revelava a plástica das soluções e as escolhas estilísticas, parte do mesmo processo já conhecido da arquitetura das escolas públicas; por outro, revelava organização de espaço que remontava a estruturas mais antigas.

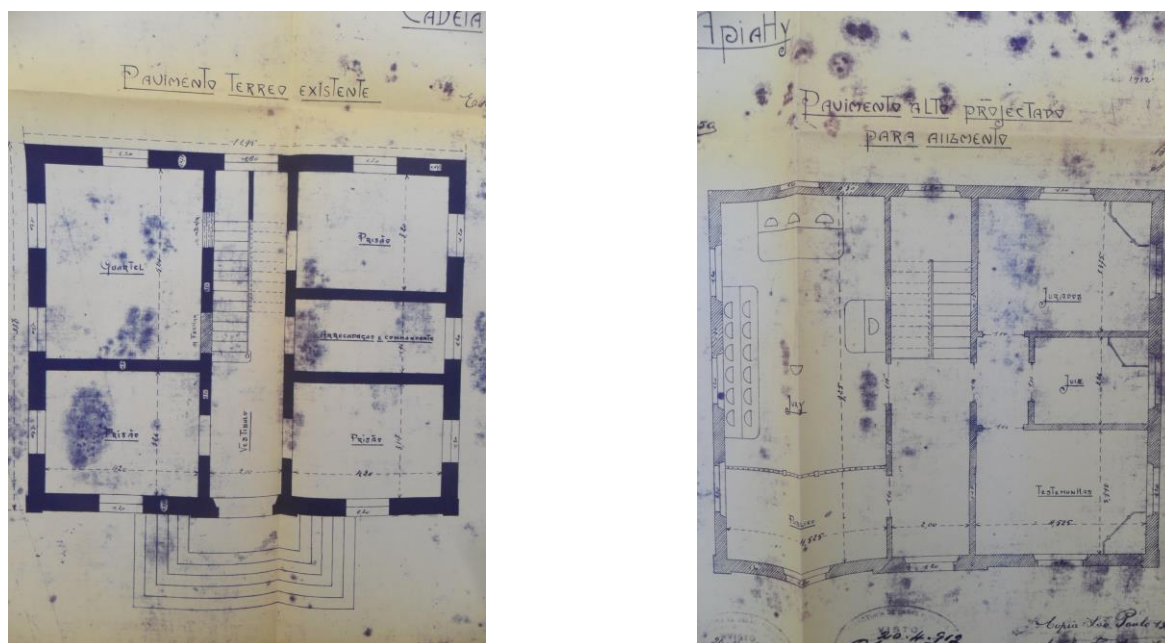


Fig.05. Projeto do Fórum e Cadeia de Apiaí (circa 1912), em que se verifica a destinação dos pavimentos usual desde as primeiras Casas de Câmara e Cadeia coloniais: prisão ao rez-do-chão e reuniões e espaços nobres da administração no pavimento alto.. Fonte: Arquivos Condephaat

Os fóruns e cadeias republicanos instalaram-se em prédios de dois pavimentos, destinando-se invariavelmente o inferior à cadeia, na qual se confinavam todos os indesejáveis e incômodos, criminosos, mas também loucos e bêbados. No pavimento superior as salas destinadas à administração pública, tendo uma sala maior e resultante de maior cuidado formal e decorativo para as reuniões municipais ou da justiça.

Com exceção de alguns experimentos de referências a fortificações como os projetos de Dubugras e o do Fórum de Ilha Bela, que desenhavam assimetrias na composição das fachadas, as plantas dos fóruns e cadeias derivavam de esquemas regulares de acesso centralizado e enfatizado por algum recurso retórico ornamental.

Ora, esse afinal, vinha sendo o esquema de distribuição espacial desde a colônia em edifícios que abrigaram a administração e a justiça, sendo que, resultando de pioneiro estudo do Iphan, vários exemplares haviam sido tombados por este instituto federal (BARRETO, 1978). O conjunto tombado no âmbito nacional compõe-se em grande medida de prédios do século XIX, mas também alguns importantes do século XVIII e XVII.

Em geral os prédios de Casas de Câmara e Cadeia que não foram demolidos para a utilização de seus mesmos terrenos públicos para outras funções, foram sendo adaptados ao longo do tempo para novas disposições. As modificações, no entanto, raramente ferem o arcabouço – um prisma retangular de dois pavimentos, com telhado de quatro águas e acesso centralizado, implantado com destaque em espaço urbano público central.

A preservação de Casas de Câmara e Cadeia em São Paulo

A partir desta perspectiva do vínculo de origem da concepção dos espaços dos Fóruns inicialmente estudados, no Condephaat, a pesquisa ampliou-se para o estudo de prédios envolvidos com a administração da segurança pública anteriores à República, refazendo o recorte inicial.

Assim como os fóruns de Araras e Avaré, também havia tombados pelo Condephaat exemplares de edifícios de Casas de Câmara e Cadeia anteriormente ao estudo de 2010, como a de Santos, Areias ou a de São Sebastião.

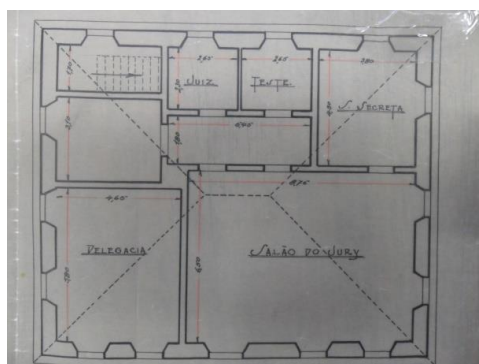
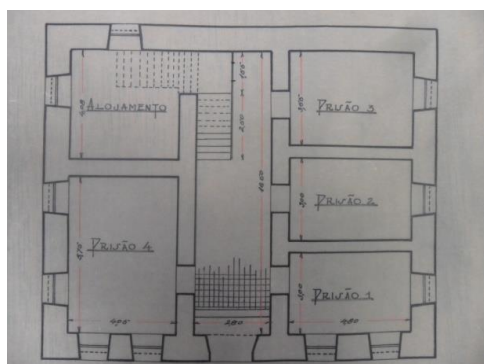


Fig. 6 Plantas da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Itapetininga (1770-1830). No prédio de taipa construído em etapas – quando concluíram-se os dois pavimentos, destinou-se o térreo às celas de prisão e o superior às reuniões da câmara e administração. (Fonte: Arquivos Condephaat)



Fig 07. Casa de Câmara e Cadeia de Santos, exemplar erudito e de grande porte, com cunhais e vergas de pedra. construído entre 1839 e 1869. |Fonte: Acervo Condephaat)



Fig.08. Casa de Câmara e Cadeia de São Sebastião, construída no

início do séc. XIX. Fonte: Acervo Condephaat

O que se identificou tanto nas construções de Câmara e Cadeia já preservadas em São Paulo, quanto em outras cujas solicitações não haviam ainda sido estudadas, foi a consonância com o esquema preconizado desde as ordenações lusitanas coloniais. A organização deste espaço que, como vimos, perdurou até a República, determinava localização com destaque na paisagem, dois pavimentos, sendo o andar administrativo e nobre no superior, e a cadeia no térreo, acesso centralizado e enfatizado formalmente, organização espacial simétrica (BARRETO, 1978).

No caso do exemplar de São Sebastião a segregação de funções entre os dois pavimentos expressa-se no exterior do edifício, havendo escada na fachada principal, concebida também como reforço pçástico enfático a conferir monumentalidade.



Fig 09. Casa de Câmara e Cadeia de Mogi das Cruzes, construída em 1860 e preservada após o estudo. Reformas e transformações de uso suprimiram as marcas da cadeia e gradis do pavimento térreo. Fonte: [bbbmraQVWIVhTQUpaO68=/620x465/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2016/04/29/secretaria_de_cultura_foto_guilherme_berti_pmmc.jpg](http://www.bbbmraQVWIVhTQUpaO68=/620x465/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2016/04/29/secretaria_de_cultura_foto_guilherme_berti_pmmc.jpg)



Fig. 10. Casa de Câmara e Cadeia de Piedade, erigida no final do século XIX, preservada após o estudo./ Fonte: http://www.cultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/Casa-de-C%C3%A2mara-e-Cadeia-de-Piedade_01.jpg

Edificações paulistas preservadas pelo tombamento

CIDADE	DATA	Tipo
Atibaia	1770	Casa de Câmara e Cadeia
Itapetininga	1770-1830	Casa de Câmara e Cadeia
Areias	1833	Casa de Câmara e Cadeia
Mogi das Cruzes	1860	Casa de Câmara e Cadeia
Pindamonhangaba	1864	Casa de Câmara e Cadeia
Santos	1869	Casa de Câmara e Cadeia
Piedade	1870	Casa de Câmara e Cadeia
São Sebastião	Meados sec XIX	Casa de Câmara e Cadeia
Avaré	1893	Fórum e Cadeia
Araras	c. 1893	Fórum e Cadeia
Araraquara	1893	Forum e Cadeia
Franca	1897	Fórum e Cadeia
Apiáí	1906	Fórum e Cadeia
Sertãozinho	c.1913	Fórum e Cadeia
Ilhabela	1914	Fórum e Cadeia

Tabela 01. Seleção de prédios tombados pelo Condephaat após estudo temático (2010-2019)

Além das questões já abordadas com relação à permanência do modelo de inserção urbana, organização espacial, das alterações plásticas outras questões poderão ser ainda exploradas com a potencial ampliação da pesquisa para outros locais. A alteração das técnicas construtivas, por exemplo. A técnica empregada até o final do XIX foi invariavelmente a taipa de pilão, modo de construir empregado em construções de maior porte no interior da província paulista. Ao passo que os governos republicanos construíram com alvenarias de tijolo, e com peças de madeira padronizadas, valendo-se da modernização dos processos da construção, e da produção de novos materiais em série.

Esse acervo de alguns exemplares fornece também parâmetros para análises futuras e para a desejável antecipação e proposição de ações de reconhecimento, valorização e salvaguarda, o que já vem sendo feito na esfera do conselho de preservação de São Paulo. As etapas de identificação e qualificação mais recentes foram feitas com celeridade, por serem reconhecidas como parte da série já conhecida.

Mas para além destas conseqüências referidas, as possibilidades de pesquisa ampliam-se. O Condephaat, ao valorizar determinado bem cultural, tem tido o papel de contribuir fomentando estudos mais aprofundados sobre determinados assuntos. Foi o caso do tombamento das escolas, das ferrovias, da arquitetura moderna ou neocolonial, que impulsionou trabalhos acadêmicos, e mais recentemente estudos vinculados a esferas mais recentemente exploradas do campo da preservação, como o do patrimônio imaterial.

Há, porém, no âmbito da preservação de cidades e da paisagem urbana um campo inexplorado que a identificação de exemplares da série aqui estudada suscita. Ao serem valorizados e melhor qualificados exemplares de Casas de Câmara e Cadeia e Fóruns preservados em conjuntos urbanos, verifica-se o papel de destaque que estes tiveram na paisagem e também como indutores da ocupação de seu entorno.

Localizados intencionalmente com destaque na paisagem, raramente têm esse aspecto explorado hoje. Resistem a demolições, são utilizados em alguma função pública, mas não se integram de fato à paisagem.

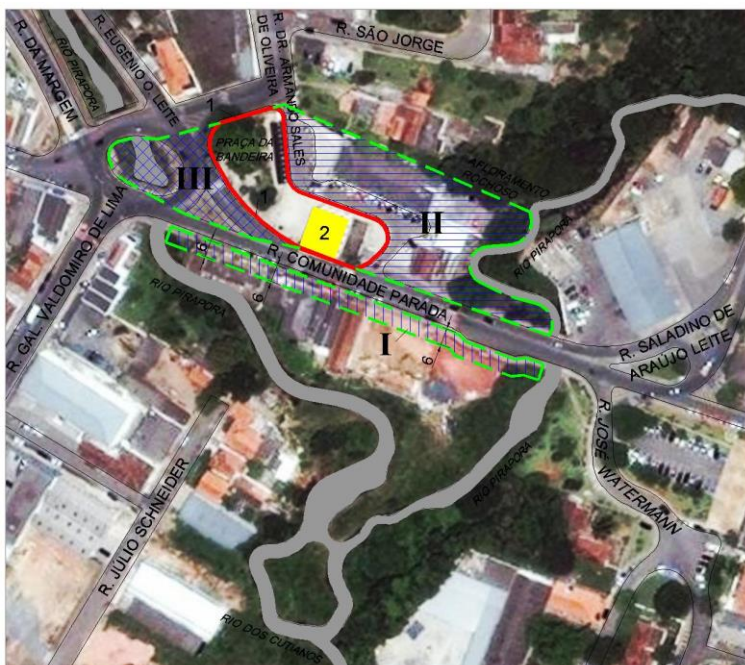
Mesmo quando são objeto de manutenção adequada, nem sempre esse cuidado e seu uso estendem-se ao entorno com a mesma intensidade e com qualidade.

O tombamento é ato legal que impede de fato que os bens protegidos sejam demolidos. Contudo, esta é parte limitada da operação de valorização e reconhecimento pretendido. A motivação para que aquela construção antiga permaneça no centro da cidade, na praça, como comumente ocorre, não é claramente entendida pela população.

Esse desconhecimento aponta para aspecto incômodo que ainda se inscreve sobre as práticas de preservação paulistas; a ausência de ações que associem o tombamento a políticas culturais e a operações de intervenção urbana. Nesse sentido, é de grande interesse refletir sobre o assunto em um encontro com especialistas em estudos urbanos e com quem atua na intervenção em cidades, e particularmente, em territórios de origem portuguesa.

A expectativa é a de troca de conhecimento sobre aspectos comuns deste tipo de edificação que, com suas origens romanas, foi empregado por Portugal em suas ações colonizadoras. A perspectiva de estabelecer uma rede de reconhecimento e divulgação que extravase o ainda pequeno acervo paulista para outros estudos da federação brasileira, para a “matriz” e para outras antigas colônias portuguesas só poderá ampliar as pesquisas, divulgação e, conseqüentemente a valorização desses bens culturais.

Não menos importante, a perspectiva de, a partir destas edificações e de sua localização, futuramente realizar projetos de intervenção na paisagem urbana que as valorizem em relação a seu entorno e qualidades paisagísticas, ainda não percebidas.



Apresentam-se a seguir as imagens dos planos de preservação da Casa de Câmara e Cadeia e Cadeia de Piedade e da Casa de Câmara e Cadeia e Fórum e Cadeia de Mogi das Cruzes. Prédios pouco percebidos até o estudo e que se apresentam como casos para projetos que revejam os limites da restrita inscrição em um elenco oficial de edificações preservadas por um ato legal.

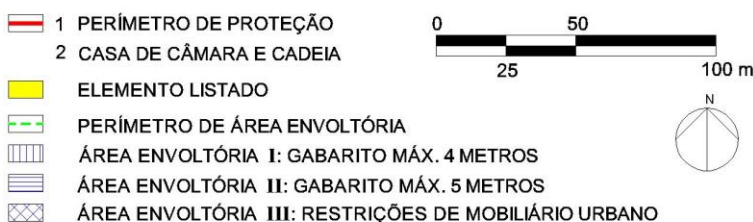








Fig. 11. Mapa da resolução de tombamento da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Piedade. Resolução SC-91, D.O.E..S..P. de 05-08-2015

A antiga Casa de Câmara e Cadeia de Piedade situa-se com destaque em aclave em meio a outros prédios públicos de menor porte e relevância arquitetônica, mas que poderão ser incorporados em planos para a área. É localizado junto a uma setor livre de construções, paisagisticamente pouco explorado, circundado por terrenos utilizados para estacionamento de veículos. Aos fundos do prédio e do outro lado da rua há vegetação ciliar, junto a curso d'água. Todos elementos não valorizados e percebidos a primeira vista. Do mesmo modo que belo afloramento de pedra natural aos fundos do sítio.

São elementos que foram considerados no estabelecimento de um entorno protegido legalmente no ato do tombamento, sendo que a expectativa é a de que sejam incorporados em planos de valorização desta paisagem. O potencial de qualificação desta área é muito grande.



-  1 PERÍMETRO DE PROTEÇÃO
-  2 CASA DE CÂMARA E CADEIA
-  3 FÓRUM E CADEIA
-  ELEMENTOS LISTADOS
-  PERÍMETRO DE ÁREA ENVOLTÓRIA
-  ÁREAS ENVOLTÓRIAS I E II: GABARITO MÁXIMO 8,70 METROS

ELABORAÇÃO: ARQ. JOSÉ ANTONIO CHINELATO ZAGATO
BASE CARTOGRÁFICA: BING MAPS 2012

Fig. 11. Mapa da resolução de tombamento da antiga Casa de Câmara e Cadeia e do Fórum e Cadeia de Mogi das Cruzes. Resolução SC-33, D.O.E.S.P. de 4-7-2017.

A preservação em Mogi das Cruzes oferece outras possibilidades. Como se verifica na imagem relativa ao tombamento, o prédio da Câmara e Cadeia de meados do século XIX situa-se quase em frente ao do Fórum do século XX. As possibilidades de se elaborar narrativas explicativas sobre essa mudança de organização e alterações da arquitetura paulista ganham aqui ênfase com a possibilidade de visualizar integradamente os dois prédios em percurso no local. As alterações de forma, técnica, escolhas estilísticas estão reunidas na mesma paisagem.

Deste modo, poderão ser considerados na elaboração de roteiros de valorização que, no caso de Mogi das Cruzes, cidade ainda com notáveis exemplares arquitetônicos coloniais de cunho religioso no centro urbano, ficam ainda mais ricos.

A motivação deste relato, portanto, é variada – compartilhar um processo por meio do qual vem se confirmando um modo de atuação para preservação na Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico/Condephaat; a identificação de um acervo de prédios com matrizes coloniais portuguesas que permaneceram orientando a organização de prédios até as primeiras décadas do século XX em São Paulo e o desejo de articular uma rede de colaboração para inventariar essas manifestações no território brasileiro e outras antigas colônias portuguesas. E ainda, a perspectiva de que, com a ampliação do conhecimento sobre elas, estas edificações possam participar de planos mais amplos e locais de valorização cultural e urbana.

BIBLIOGRAFIA

BARRETO, P. T. (1947). Casas de Câmara e Cadeia. . In *Arquitetura Oficial I. Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1947.

CORDIDO, M. T. R. L de B. (2007). *Arquitetura forense do Estado de São Paulo: Produção moderna antecedentes e significados*. São Carlos: Dissertação de Mestrado. EEUSP São Carlos.

LEMONS, C. A. C., (1993). *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo: Pini

MARINS, P. C. G.. (2008) *Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista*. In: SETUBAL, M.A. (Org.). *Terra paulista: trajetórias contemporâneas*. 1ed.São Paulo: Imesp; Cenpec,

MARTINS, A. L. (org.) (2018). *Condephaat 50 anos: registros de uma trajetória*. São Paulo: Museu de Arte Sacra de São Paulo.

REIS F. N. G. (1996). *Racionalismo e Protomodernismo na Obra de Victor Dubugras*. São Paulo: FBSP

SALLA, F (1999). *As prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Editora Fapesp/Annablume 1999, p. 33

WOLFF, S. F. S.. (2010). *Escolas para a República: Os Primeiros Passos da Arquitetura das Escolas Públicas Paulistas*. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo

WOLFF, S. F. S.. (1993). *As escolas públicas paulistas da Primeira República e seus arquitetos*. Pós. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, v. 1, p. 91

WOLFF DE CARVALHO, M. C.. (2000) *Ramos de Azevedo*. 1. ed. São Paulo: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo

<https://www.google.com/search?q=iphan+consulta+bens+tombados&oq=iphan+bens+tombados&aqs=chrome.2.69i57j0l7.80771j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>, consulta 5/2/2020



SÃO PAULO 15 ~ 17 · LISBOA 25 ~ 26 JUN 2020

Seminário Internacional de
Investigação em Urbanismo

Seminario Internacional de
Investigación en Urbanismo

<http://dx.doi.org/10.5821/siu.10007>

<https://www.google.com/search?q=condephaat+consulta+de+bens+tombados&oq=condephaat+bens+tombados&aqs=chrome.1.69i57j0j69i60.8559j1j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>, consulta 5/2/2020